



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer nº 222/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0045100/2020-20

| | | | |
|--|---|--|--------------------------------|
| Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 20608532 | | | |
| PA COPAM Nº: 4326/2020 | | SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento | |
| EMPREENDEDOR: | ELSON ALVES DE REZENDE | CPF: | 080.316.226-04 |
| EMPREENDIMENTO: | FAZENDA LAGEADO - MAT. 36.925 | | |
| MUNICÍPIO: | UBERLANDIA - MG | ZONA: | Rural |
| COORDENADAS GEOGRÁFICA(SIRGAS 2000): | LAT/Y: 18°40'19" | LONG/X: 48°27'54" | |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional | | | |
| CÓDIGO: | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| G-02-04-6 | Suinocultura | 3 | 0 |
| G-02-07-0 | Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo | NP | 0 |
| G-01-03-1 | Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura | NP | 0 |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: | | REGISTRO: | |
| Gabriel Pedro Antonio Pesse (Engenheiro Agrícola e Ambiental) | | CREA 160209/D ART 14202000000006251569 | |
| AUTORIA DO PARECER | | MATRÍCULA | ASSINATURA |
| | | | |

| | | |
|---|-------------|--|
| Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo | 1.364.971-0 | |
| Gestora Ambiental | | |
| De acordo: | | |
| Rodrigo Angelis Alvarez | 1.191.774-7 | |
| Diretor Regional de Regularização Ambiental | | |
| | | |



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelli Alexandra Prigol de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 15/10/2020, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 16/10/2020, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20608867** e o código CRC **F5642830**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 20674930

O empreendimento Fazenda Lageado, matrícula 36.925 (área total 83,7210 ha) atua no ramo das atividades agrossilvipastoris tendo como atividade principal de suinocultura (G-02-04-6) e criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (G-02-07-0) e culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (G-01-03-1) localizada no município de Uberlândia/MG, cujo processo foi formalizado em 08/10/2020 na SUPRAM-TM, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

O empreendimento possui licença de operação nº 122/2019, conforme processo 16166/2005/003/2019 válida até 09/05/2029 para 2.400 cabeças de suínos. Com o presente processo, o empreendedor pleiteia o aumento a capacidade de alojamento para 5.000 cabeças. A área de pastagem de 16,349 ha e a área de culturas anuais de 35,295 ha permanecem sem alteração.

A suinocultura é desenvolvida em regime de crescimento e terminação (120 dias), com incremento de 2.600 cabeças, totalizando um plantel de 5.000 cabeças em 3 galpões. O sistema funciona em integração com a BRF S/A que fornece os leitões, insumos como ração e medicamentos, assistência técnica e o empreendedor é responsável por conduzir a operação acompanhando os animais diariamente até sua entrega.

Sobre a atividade de criação de bovinos, é realizada em sistema semi-extensivo em uma área de 16,349 ha com a criação de 120 cabeças de gado de leite.

Para a condução das atividades, o empreendimento conta com a mão de obra de 4 funcionários, trabalhando 8 horas/dia, durante todos os meses do ano e 2 famílias residem na propriedade.

O atendimento da demanda hídrica para operação das atividades é feito através de 3 pontos de captação. Destas, duas são captações no córrego Lageado conforme certidões de registro de uso insignificante de recurso hídrico nº 83361/2018 (processo 193125/2018) e 83660/2018 (processo 193120/2018), ambas com validade até 20/09/2021. A terceira captação é referente a um poço tubular cujo processo de renovação se encontra formalizado junto ao órgão ambiental, conforme nº 30970/2019.

Como principais impactos inerentes às atividades e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos provenientes da residência, da suinocultura e da sala de ordenha, animais mortos, embalagens de produtos veterinários, resíduos sólidos domésticos e embalagens de defensivos agrícolas.

Os efluentes de natureza sanitária (domésticos) serão direcionados para tanque séptico e sumidouro. O efluente proveniente da suinocultura é direcionado para lagoa de tratamento e estabilização e, após serem tratados são aplicados nas áreas de pastagem e culturas anuais por meio de fertirrigação. O efluente líquido recolhido da sala de ordenha também é direcionado para uma lagoa de estabilização para esse fim.

Os animais mortos são destinados à composteira (suínos e bovinos) e o resíduo é utilizado na propriedade como adubo orgânico.



As embalagens de produtos veterinários são armazenados temporariamente em tambores e sacarias e recolhidos pela Biocidade, empresa contratada pela BRF S/A que encaminha para destinação final adequada. Os resíduos sólidos domésticos são destinados para a coleta municipal de Uberlândia.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3170206-B71C.EB3E.CFF0.4212.BD07.F0D9.E9B5.92DF, com adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA e área de Reserva Legal declarada de 17,3424 ha, não inferior aos 20% exigidos em lei.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "FAZENDA LAGEADO MAT. 36.925" para as atividades de suinocultura (G-02-04-6), culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (G-01-03-1) e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (G-02-07-0), localizada no município de Uberlândia/MG", conforme validade da licença vigente 122/2019", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento FAZENDA LAGEADO MAT. 36.925

As condicionantes a serem inseridas devem sempre estar afetas a aspectos ambientais. Para a licença ambiental simplificada fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|--|-------------------------------|
| 01 | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento FAZENDA LAGEADO MAT. 36.925

1. Análise de Solo

| Local de amostragem | Parâmetro | Frequência de Análise |
|--|---|-----------------------|
| Nas áreas submetidas à aplicação dos fertilizantes orgânicos oriundos da suinocultura (dejetos e composto orgânico) ^{1,2,3,4} | pH, N (Nitrogênio), K (Potássio), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre) CTC, P (Fósforo), C (Carbono) e Matéria Orgânica e Textura do Solo <i>Obs: Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo</i> | Anualmente |

- Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes;
- A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos;
- A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 - Amostragem de solo, pg. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.
- A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação tenha ocorrido em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário;

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, 5º ano e 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216 de 27 de outubro de 2017 para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 - Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.



2. 2.1. Resíduos sólidos e rejeitos

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

| RESÍDUO | | | | TRANSPORTADOR | | DESTINAÇÃO FINAL | | | QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre) | | | OBS. |
|--|--------|--------|--------------------------|---------------|-------------------|------------------|----------------------------------|-------------------|---|-------------------|-----------------------|------|
| Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012 | Origem | Classe | Taxa de geração (kg/mês) | Razão social | Endereço completo | Tecnologia (*) | Destinador / Empresa responsável | | Quantidade Destinada | Quantidade Gerada | Quantidade Armazenada | |
| | | | | | | | Razão social | Endereço completo | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.2 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.